

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.501, DE 2004

*Reestrutura a remuneração dos cargos das Carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, altera o **pro labore**, devido aos ocupantes dos cargos efetivos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das Carreiras de Advogados da União, de Procuradores Federais, de Procuradores do Banco Central, de Defensores Públicos da União e aos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.*

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao inciso II do art. 8º a seguinte redação:

Art. 8º (...)

II - onze por cento, em função do alcance de metas de desempenho, na forma de regulamento específico.

JUSTIFICATIVA

Pela presente emenda busca-se restabelecer como princípio de aferição de desempenho dos Advogados e Defensores Públicos Federais, a sua atuação no exercício da procuratura constitucional de que são investidos (representação do Estado e dos necessitados).

Com efeito, não se justifica a vinculação das carreiras de Advogado da União, Procurador Federal, Defensor Público da União e Procurador do Banco Central, ao limite máximo fixado para pagamento da parcela do pro-labore, haja vista que são diferenciadas as metas de desempenho dos Procuradores da Fazenda Nacional dos demais membros das carreiras jurídicas da União, como amplamente tratado neste Projeto de Lei. Daí a modificação da redação, com a supressão da condicionante de metas entre os membros das citadas carreiras.

Ademais, muitas vezes a atuação no controle prévio de legalidade, na atuação consultiva, viabilizando as políticas públicas, e na defesa judicial nas ações em que a União, suas autarquias e fundações integrem o pólo passivo da demanda judicial implica em resultado econômico tão ou mais expressivo do que a execução da dívida ativa, como vem sendo comprovado em toda a atuação jurídica do Estado, razão pela qual a vinculação de contraprestação pecuniária ao produto da arrecadação não dá a dimensão total do nosso papel como Função Essencial à Justiça.

Sala da Comissão, em 24 de maio de 2004.

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal - São Paulo